

Brasil quer mais 3,5

O País precisa desse dinheiro para garantir um crescimento de 6% em 1986.

MUNDO

JORNAL DA TARDE — 11

bilhões de dólares

Mas os credores preferem refinar a dívida a dar novos empréstimos.

Para realizar o ajuste econômico cobrado pelos banqueiros credores e, ao mesmo tempo, crescer 6% no próximo ano, o Brasil precisará de US\$ 3,5 bilhões em empréstimos externos. Pedido neste sentido já foi encaminhado ao diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, e ao secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, durante a assembleia conjunta FMI-Banco Mundial, realizada em Seul no início deste mês.

Em contatos iniciais "favoráveis" com banqueiros credores, as autoridades econômicas brasileiras reiteraram os limites do ajuste econômico e a necessidade de novos financiamentos para o programa de crescimento. O governo norte-americano, por sua vez, continua intermediando um acordo mais flexível entre o Brasil e o FMI, para facilitar a nova rodada de renegociação da dívida externa, também em novas bases.

Os bancos credores reiteram que preferem refinar a dívida externa se o Brasil acertar um novo acordo com o Fundo. Mas existe uma divergência fundamental entre o Brasil e o FMI que atinge a política fiscal. Cálculos recentes demonstram que o déficit do setor público alcançará 2,5% do PIB este ano, e no próximo também não poderá ser zerado, sob pena de provocar recessão. O FMI, porém, insiste em imposição de metas que equilibrem, já em 1986, as finanças do setor público.

Para que esse objetivo fosse alcançado, e o próprio presidente Sarney já se referiu a pressões em seu programa radiofônico, o País teria de se submeter à manutenção da política recessiva: aumento de impostos, cortes generalizados nos gastos públicos, desemprego. As finanças públicas certamente poderiam ser equilibradas, mas as consequências políticas e sociais são previsíveis.

Autoridades econômicas, porém, admitem que o FMI já apresenta um comportamento menos inflexível, sob influência dos EUA. Novos tipos de acordos entre a instituição e países devedores já podem ser realizados, dispensando a monitoração ou vigilância ostensiva de seus técnicos. O Brasil, por exemplo, dispensará o tradicional acordo stand-by, pelo qual poderia sacar alguns bilhões de dólares do Fundo. Com isso, terá mais independência na gestão de sua política econômica.

Créditos de curto prazo

Mas não é improvável que o País passe mais um ano sem um entendimento formal com o FMI. Isso não prejudica a situação externa brasileira, desde que os bancos credores se disponham a renovar as linhas comerciais de curto prazo, no valor de US\$ 15,5 bilhões.

Pelas projeções do governo, mesmo sem um acordo com o FMI, mas com renovação das linhas de crédito comercial, o Brasil terá capacidade de obter em 1986 um superávit comercial de US\$ 12,5 bilhões. Esse dinheiro é suficiente para pagar os juros, estimados em US\$ 11 bilhões. Porém, a questão dos juros merecerá outro tipo de negociação por parte do Brasil.

Para crescer à taxa histórica de 6%, e atender às demandas sociais, e ao mesmo tempo promover o ajuste financeiro do setor público, o País terá de reduzir a transferência de poupança interna para o Exterior. Atualmente essa transferência de poupança, definida pela relação entre PIB e consumo, alcança 25%.

A rigor, pela linguagem dos banqueiros credores, para isso o Brasil desejaria novos recursos de US\$ 3,5 bilhões, de instituições multilaterais e bancos comerciais. Porém, pela ótica de devedor, trata-se de reduzir a transferência líquida de recursos da economia brasileira para os cofres dos bancos credores.

Atualmente o País paga a totalidade dos juros com recursos próprios, gerados pelos superávits da balança comercial. O pagamento de US\$ 10,5 bilhões de juros externos este ano, por exemplo, representa 5% do PIB. E o que o Brasil pretende é reduzir essa transferência para 2 ou 3%. Não transferindo US\$ 3,5 bilhões, por exemplo, serão reduzidas as barreiras, para o setor público financiar os gastos sociais com recursos não inflacionários. O perigo de "pacotes" futuros aumentando impostos diminui.

Troca de dívidas

Dinheiro novo mesmo, na perspectiva do governo brasileiro, ocorreria se os banqueiros contabilizassem, por exemplo, a inflação norte-americana. Ou seja, a dívida hoje é de US\$ 100 bilhões. Para ela se manter em nível real, acompanhando a inflação anual de 4% dos EUA, ano que vem deveria alcançar US\$ 104 bilhões. O dinheiro novo efetivo seria o que entrasse acima daquele montante. Falar em dinheiro novo de US\$ 3,5 bilhões, portanto, não passaria de uma "ilusão monetária".

Assim o governo brasileiro está dizendo aos credores que o País vem transferindo renda ao Exterior na proporção do seu superávit comercial; que trocou dívida externa por dívida interna; e que o setor privado se tornou credor interno do governo. O ajuste externo, portanto, vem significando desajuste interno. E para o ajuste que se procura, na velocidade que se deseja, algo deve mudar.